

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.687 - SP (2019/0002050-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : SANDRA REGINA PASCHOAL BRAGA E OUTRO(S) - SP168871
AGRAVADO : AGENCIA DE VIAGENS DALLAS LTDA
ADVOGADO : FERNANDO BOTELHO SENNA - SP184686

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 22/08/2018, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AÇÃO ORDINÁRIA - Veículo - Possibilidade de fiscalização Municipal em relação ao transporte irregular de passageiros - Distinção entre apreensão e retenção de veículo irregular - Lei Municipal que não pode impor penalidades mais gravosas do que as definidas no Código de Trânsito Brasileiro (art. 231, VIII), em conformação aos termos do RE nº 639.496 - MG, julgado pelo sistema de repercussão geral - Liberação de veículo retido que não pode estar condicionada ao pagamento de multa e despesas, conforme Súmula 510, do STJ - Precedentes deste E. Tribunal de Justiça - Procedência parcial da ação decretada pelo Colegiado - Recurso da autora provido em parte" (fl. 222e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 231/234e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Apelação - Alegação de omissão e obscuridade no v. acórdão - Inexistência - Mero inconformismo com o julgado - Os embargos não se prestam para veicular inconformismo da parte com o decidido, não podendo ser considerada omissa, obscura ou contraditória a decisão, apenas porque reflete entendimento contrário ao defendido pelos embargantes - Embargos de declaração com nítido caráter infringente ao julgado - Embargos rejeitados" (fl. 247e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 85, §11, 489, II, §1º, I, IV, 1.022, II, do CPC/2015, 231, VIII, do CTB, sob os seguintes fundamentos: a) não obstante a oposição dos Embargos Declaratórios, o Tribunal de origem deixou de se manifestar acerca das alegações de que a atividade realizada pela recorrida não se refere ao CTB, sendo inaplicável essa legislação ao caso, bem como acerca da carência de ação,

tendo em vista que a Lei Municipal 14.971/2009 foi revogada e não houve apreensão dos veículos da recorrida, além da inaplicabilidade do art. 85 do CPC/2015 à hipótese; b) "é incontroverso que o caso vertente se cuida de fretamento sem a autorização necessária a ser expedida pela recorrente e não de falta de licenciamento, que é da competência inclusive estadual, disposta no Artigo 231, VIII, do CTB" (fl. 260e); c) "a infração sancionada pela legislação municipal não se confunde com a prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois, enquanto este último pune a falta de licenciamento específico para a realização de transporte coletivo, a legislação municipal sanciona a falta de autorização municipal para a realização desta atividade" (fl. 263e); d) "a embargante não foi sucumbente em primeira instância e não interpôs recurso, assim, não há que se falar em aumento de sua condenação em honorários; no caso, em verdade, caso mantido o v.acórdão, teria ocorrido o julgamento parcialmente procedente dos pedidos do autor, ou seja, esse é quem foi duplamente sucumbente, em primeira e segunda instância, e é somente esse quem deve ter sua condenação em honorários aumentada, e não a ora recorrente que não foi sucumbente em primeira instância" (fl. 265e).

Por fim, requer o conhecimento e provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 274/278e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 280/281e), foi interposto o presente Agravo (fls. 284/290e).

Contraminuta a fls. 293/296e.

A irresignação merece prosperar no que diz respeito à indicada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Com efeito, o Tribunal de origem não sanou omissão, no exame das teses trazidas nos Embargos Declaratórios (fls. 231/234e), no sentido de que a Lei Municipal 14.971/2009 foi revogada, não tendo havido a apreensão dos veículos da recorrida, bem como acerca da inaplicabilidade do artigo 85, §11, do CPC/2015 à hipótese, eis que o recorrente não foi sucumbente em 1ª instância e, conseqüentemente, não interpôs nenhum recurso, não havendo falar em majoração de honorários em seu desfavor.

Deste modo, a despeito das alegações dos Embargos Declaratórios, o Tribunal de origem sequer fez menção às referidas teses. Assim, têm razão a recorrente quando alega a existência de omissão no acórdão impugnado, tendo em vista que o ponto sobre o qual a Corte de origem não se pronunciou têm o condão, caso seja procedente, de eventualmente alterar o julgamento e, por conseguinte, a solução inicialmente dada à controvérsia. Destarte, resta configurada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015 e, assim, a negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO.

1. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, quando os temas suscitados nos embargos de declaração são indispensáveis ao deslinde da controvérsia e o Tribunal de origem não se pronuncia acerca de tais questões, mister a anulação do acórdão para que outro seja proferido, ante a contrariedade ao art. 535 do Código de Processo Civil.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem, apesar da oposição de embargos de declaração, não se manifestou sobre a alegada violação do art. 10, inciso I, da Lei n. 10.833/2003. Retorno dos autos para novo julgamento dos embargos de declaração.

Agravo regimental provido" (STJ, AgRg no REsp 1.355.898/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/03/2014).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DADO À CAUSA. ELEMENTOS FÁTICOS DA DEMANDA NÃO FORAM CONSIDERADOS. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS PARA A ORIGEM.

1. Nas razões do agravo regimental, a mera indicação dos verbetes sumulares que poderiam ter incidido no julgamento do recurso especial, sem que sejam demonstrados adequadamente os pontos que justificariam sua aplicação, revela a deficiente fundamentação recursal, atraindo a incidência da Súmula 284/STF.

2. Apesar da oposição dos embargos de declaração, o Tribunal a quo não observou as peculiaridades da presente demanda, e fixou o valor atribuído à causa com apoio em elementos fáticos de precedente que não discute o mesmo bem jurídico.

3. A Corte de origem ficou silente sobre os argumentos apresentados por meio dos embargos de declaração, em franca violação ao art. 535 do CPC, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no REsp 1.373.286/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 17/05/2013).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **dar provimento** ao Recurso Especial, a fim de anular o acórdão que julgou os Embargos Declaratórios, determinando o retorno dos autos à origem, para novo julgamento, sanando-se as omissões indicadas.

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

